Processo n.º 411/2006

Data do acórdão: 2007-04-26

(Recurso contencioso)

Assuntos:

- interdição de entrada em Macau
- poder discricionário
- sindicância contenciosa
- jurisdição de mera legalidade

S U M Á R I O

1. Por força do princípio da jurisdição de mera legalidade, plasmado no art.º 20.º do Código de Processo Administrativo Contencioso (CPAC), o tribunal não pode sindicá-lo do mérito do acto administrativo praticado eminentemente no âmbito do poder discricionário conferido pelo legislador na matéria em questão, a não ser que a Administração tenha aí incorrido em erro manifesto ou total desrazoabilidade, hipótese esta já contemplada na alínea d) do n.º 1 do art.º 21.º do mesmo Código.

2. Ponderadas sobretudo a natureza e a gravidade dos crimes consumados de roubo e de sequestro então praticados em Macau pelo recorrente em co-autoria com um grupo de pessoas, ainda que

sensivelmente há seis anos à data de emissão do acto administrativo ora recorrido, não se mostra manifestamente desproporcional às necessidades de prevenção criminal sentidas em Macau, o período de sete anos de interdição de entrada aí materialmente imposto.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 411/2006

(Recurso contencioso)

Recorrente: A

Entidade Recorrida: Secretário para a Segurança da RAEM

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I – RELATÓRIO

A, com os sinais dos autos, veio recorrer contenciosamente para este Tribunal de Segunda Instância, do despacho de 19 de Junho de 2006 do Senhor Secretário para a Segurança desta Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), que lhe negou provimento ao recurso hierárquico necessário do despacho do Senhor Comandante Substituto do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau que lhe tinha interditado a entrada em Macau.

Para o efeito, concluiu a sua petição de recurso nos seguintes termos:

<<[...]

1. O acto administrativo objecto de impugnação contenciosa é verticalmente definitivo e executório.

2. Imputa o recorrente ao acto recorrido que, aliás, confirmou na íntegra o despacho de interdição proferido pelo Senhor Comandante Substituto da PSP, o vício de violação de lei, do princípio da proporcionalidade que deve nortear a actividade da Administração Pública nas relações jurídico-administrativas que trava com os particulares, bem como a inconveniência do mesmo acto.

3. No âmbito dos autos de Processo Comum Colectivo N.º CR2-00-0002-PCC o ora recorrente foi condenado, em cúmulo jurídico, na pena única e global de 2 anos e 9 meses de prisão efectiva e, ainda, na pena acessória de interdição de entrada nos Casinos desta RAEM, penas essas que já foram cabalmente cumpridas.

4. O mesmo é dizer que o ora recorrente já “pagara” à Sociedade o que a esta última devia, não fazendo, pois, muito sentido, que, com base numa sentença penal já cabalmente cumprida venha a ser novamente “punido” com uma medida administrativa de interdição de entrada em Macau por 10 anos.

5. O ora recorrente encontra-se plenamente reabilitado e reintegrado socialmente, com profissão estável.

6. No que diz respeito às condenações que o recorrente tivera em Hong Kong, elas dizem respeito a infracções cometidas há muitos anos atrás enquanto jovem delincente.

7. Considerando o cumprimento efectivo das penas e a ausência de quaisquer notícias de crime em que esteja envolvido o ora recorrente, a decisão administrativa

de interdição de entrada nesta RAEM pelo período de 10 anos com aqueles fundamentos invocados pela entidade recorrida **peca por severidade em demasia**, não encontrando nos factos apurados eco suficientemente plausíveis para o sustentar.

8. O princípio da proporcionalidade em sentido restrito significa que a Administração Pública nos meios que utiliza devem situar-se numa “*justa medida*” em relação aos fins a obter, impedindo-se assim a adopção de medidas desproporcionais, excessivas ou desequilibradas. Há que verificar e acautelar se o custo ou o sacrifício provocado pela decisão é proporcional ao benefício com ela conseguido.

9. Este princípio exige uma certa relação de adequação entre o meio utilizado pela Administração Pública e o fim de interesse público cuja prossecução lhe compete, havendo, ainda, que verificar se o sacrifício de certos bens ou interesses é adequado, necessário e tolerável, na relação com os bens e interesses que se pretende promover.

10. No caso em apreço, o meio eleito e a severidade na aplicação do meio utilizado é inadequado.

11. Não obstante, mesmo que o meio eleito – *a proibição de entrada na RAEM* – seja o único, e, logo, o adequado, não se vislumbram razões plausíveis para exigir ao ora recorrente que tolere, suporte ou acate tamanho sacrifício, quer atento ao prolongado período de 10 anos em causa, quer, ainda, tendo em conta a particular situação familiar problemática em Macau.

12. A particular situação familiar do ora recorrente, devidamente documentada e espelhada nos autos e no processo administrativo, torna o acto impugnado manifestamente desproporcional, porquanto desequilibrada.

13. O ora recorrente é casado com [...], de quem tem 2 filhos menores: [...], nascido em [...] no dia [...] de [...] de 1995 [...], e [...], nascido em [...] no dia [...] de [...] de 2001 [...].

14. Desde o momento em que o recorrente perdera a sua liberdade, a guarda e educação dos filhos menores estavam a cargo da sua esposa [...]. Porém, a sua esposa [...] foi recentemente condenada pelo crime de tráfico de estupefaciente encontrando no Estabelecimento Prisional de Macau em cumprimento da pena de prisão.

15. Desde a detenção de [...] que os 2 filhos menores passaram a estar sob guarda e tutela do Instituto de Acção Social de Macau.

16. O mesmo é dizer que a família do ora recorrente encontra-se num estado de ruptura total, com nefastas consequências sobre o saudável crescimento dos 2 menores que se antevê mas de que se pretende evitar, naquilo que for humanamente possível...

17. Razões pelas quais se reforça ainda mais a necessidade de o recorrente vir a Macau a fim de tomar conta da situação e tentar regularizar a situação dos dois filhos menores.

18. Daí a inconveniência do acto recorrido.

Nestes termos, nos melhores de Direito, [...], deve o presente recurso contencioso ser admitido, e, a final, ser julgado procedente, por provado, e em consequência, revogado o despacho recorrido, com fundamento na violação do princípio da proporcionalidade em sentido restrito consagrado no artigo 5.º

do Código do Procedimento Administrativo em vigor; ou,

Se assim não for entendido,

Ser julgado procedente o recurso, e, revogado o despacho recorrido, com base na sua inconveniência.

[...]>> (cfr. o teor literal de fls. 20 a 23 dos presentes autos correspondentes, e com supressão aqui, sob a forma de “[...]”, dos dados pessoais da esposa e dos dois filhos menores do Recorrente, em prol da intimidade dos mesmos).

Citada, a Entidade ora Recorrida ofereceu contestação, pugnando pelo não provimento do recurso, nos seguintes termos:

<<[...]

1.º

O recorrente vem atacar a aplicação da medida de interdição de entrada de que foi alvo, do ponto de vista da legalidade da mesma, em razão de desproporcionalidade e inconveniência.

2.º

Alegando, para tanto:

- Haver expiado os crimes cometidos através do cumprimento de uma pena de prisão e encontrar-se reabilitado;

- Que a medida decretada excede a “justa medida” da sua aplicabilidade, é sensurável por “severidade em demasia” e “sacrifício exagerado” e por “inadequação do meio” em relação ao fim prosseguido;

- Que a medida é inconveniente em face da situação de desamparo dos seus dois filhos menores que se encontram à guarda do IASM por virtude de sua mãe permanecer internada no Estabelecimento Prisional.

3.º

A medida administrativa de interdição de entrada não é uma medida punitiva e não concorre com as sanções penais nem é acessória delas.

4.º

É uma medida preventiva de defesa das pessoas e bens das comunidades residentes, aplicável aos não-residentes sobre quem impendem fundados receios, ou constituem potenciais perigos, de lesão desses mesmos bens.

5.º

É uma medida de natureza securitária, não expiatória, aplicável a quem não detem o direito ou a autorização de residência em Macau e aqui, por regra, não possui emprego ou quaisquer outros interesses similares, mas tão somente a qualidade de visitante (turista),

6.º

E que nessa mesma qualidade de visitante (turista), em concreto, praticou os crimes de usura, roubo, sequestro e extorsão, defraudando por completo a presunção de inocuidade que recai sobre todo e qualquer visitante e fazendo pairar sobre si mesmo um fundado e forte receio de que constitui uma ameaça para a segurança e ordem públicas.

7.º

A noção de reabilitação não tem qualquer aplicabilidade em matéria de interdição de entrada de visitantes, não-residentes.

8.º

Considerando a gravidade dos crimes praticados e o receio da continuação ou prática futura desse tipo de crimes, o período de 10 anos, ou mais que fosse, afigura-se adequado, equilibrado, não exagerado.

9.º

A lei não estabelece qualquer limite da medida de interdição, o que por si demonstra a intenção do legislador em consagrar uma dosimetria de medidas largas (sem qualquer tipo de paralelo com as sanções penais, ante as abissais diferenças quanto à natureza e efeitos de uma e de outras).

10.º

Por outro lado, num gesto de ponderação e alguma indulgência a Polícia de Segurança Pública considerou já cumpridos cerca de 3 anos (vide informação de 28/04/2006) durante os quais o recorrente permaneceu no exterior não se encontrando ainda notificado da medida aplicada (e portanto sem o ânimo de estar a cumpri-la).

11.º

Impugna-se, por inveridicidade, o alegado no art.º 20.º da douta petição de recurso, sendo que é, efectivamente, de 10 anos o período habitualmente fixado aos indivíduos sobre quem, em face da natureza e gravidade dos crimes praticados, recai um forte receio de perturbação da segurança e ordem públicas.

12.º

Não se pode falar em qualquer sacrifício infligido pela interdição que se traduz em o não-residente não poder demandar, por um certo período, um destino, de entre minhares de outros destinos que o mesmo presumivelmente pode visitar.

13.º

A interdição de entrada é o único meio adequado é possível para evitar que um

não-residente constitua uma ameaça para a Segurança de pessoas e bens das comunidades residentes.

14.º

Não é por acaso que a lei a prevê, referindo-se expressamente à prática de crimes em associação com o perigo para a Segurança e ordem públicas.

15.º

Igualmente não se reconhece poder falar-se em severidade, muito menos em demasia, na aplicação de uma medida que pese embora por 10 anos, não é de cariz punitivo e que prossegue a defesa de bens essenciais de natureza securitária.

16.º

Por último em relação à alegada inconveniência, se se atentar quer na informação de 28/04/2006 do Comandante da Polícia de Segurança Pública, quer no despacho de 19/06/2006 do Secretário para a Segurança verificar-se-á que nem a medida de interdição é objectivamente inconveniente, nem se mostram de forma nenhuma cerceados ou de algum modo ameaçados os interesses das crianças e do recorrente em relação a estas, se e quando aquele ingressar no direito de as levar para junto de si no local da sua residência.

17.º

Sendo manifesta, naqueles informação e despacho, a preocupação em proporcionar às crianças a assistência e o apoio do recorrente, quando possível e necessário, mediante a concessão de uma, ou mais, autorização pontual e específica de entrada.

18.º

Donde a inexistência de qualquer inconveniência para os interesses relativos do recorrente e seus filhos menores, considerado o circunstancialismo em que todos

se encontram e bem assim a disponibilidade manifestada pela entidade recorrida.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 29 a 32 dos autos, *sic*).

Notificadas ambas as partes posteriormente nos termos e para os efeitos dos art.ºs 63.º e 68.º do Código de Processo Administrativo Contencioso (CPAC), apenas o Recorrente produziu alegações, reafirmando a posição já vertida na petição do recurso (cfr. o teor de fls. 42 a 47 dos autos).

Oportunamente, o Digno Magistrado do Ministério Público junto desta Instância emitiu o seguinte douto parecer final, no sentido de procedência do recurso:

<<Vem A impugnar o despacho de 19/6/06 do Secretário para a Segurança, que, em sede de recurso hierárquico, manteve decisão de interdição de entrada do recorrente na RAEM pelo período de 10 anos, assacando-lhe vício de violação de lei, por afronta do princípio da proporcionalidade.

Cremos assistir-lhe razão.

Vejamos:

É um facto que as decisões da Administração que, como é o caso, colidam com direitos subjectivos ou interesses legalmente protegidos dos particulares, só podem afectar essas posições em termos necessários, adequados e equilibrados, o mesmo é dizer proporcionais aos objectivos a alcançar, proibindo-se, assim, o excesso, devendo existir uma relação de adequação entre o fim a alcançar e o meio utilizado para o efeito.

Impõe-se, pois, que o meio utilizado seja idóneo à prossecução do objectivo da decisão, que entre todos os meios alternativos deva ser escolhido o que implique lesão menos grave para os interesses sacrificados, devendo, finalmente, existir justa medida entre os interesses presentes na ponderação.

De acordo com os termos externados pelo acto, a medida em crise foi tomada “*atendendo à natureza e gravidade dos crimes praticados e o correspondente perigo para a segurança e ordem públicas*”.

Sendo certo que a última asserção referida – perigo para a segurança e ordem públicas – é, poderá afirmar-se com segurança, comum a praticamente todos, senão mesmo todos, os casos de interdição de entrada na RAEM, teremos que a justificação para a medida concretamente aplicada radicar-se-á na assacada “*natureza e gravidade dos crimes praticados*”.

Não se questionando tal gravidade, até por que reportada a crimes– usura, roubo, extorsão e sequestro–cuja frequência na Região implica, naturalmente, necessidade premente de prevenção, convirá, porém, realçar que essa gravidade não poderá deixar de se mostrar reflectida na pena concreta aplicada e essa foi, em cúmulo de todas as aludidas infracções, de 2 anos e 9 meses de prisão, além da pena acessória de interdição de entrada nos casinos do Território por 2 anos, tudo reportado a factos ocorridos há cerca de 7 anos.

É óbvio que a medida em crise foi tomada em sede de estratégia de prevenção da segurança e estabilidade públicas, necessidade que se continua a sentir, cada vez com maior acuidade, dado o exponencial aumento de visitantes na Região, tornando-se, pois, matéria do máximo interesse público, sendo sensato, é razoável que as entidades públicas para o efeito vocacionadas, face aos condicionalismos já referidos, esclarecedores àcerca das actividades e postura criminosa do recorrente,

lhe vedem, de acordo com os preceitos legais vigentes, a entrada no Território, por forma a prevenir a criminalidade e salvaguardar a segurança, sendo que a determinação concreta da duração da medida imposta se insere no domínio de discricionariedade da recorrida, ficando, conseqüentemente, a intervenção do julgador reservada apenas para casos de erro grosseiro ou injustiça manifesta.

Como acima se aludiu,, na sua actuação, a Administração deve harmonizar o interesse público específico que lhe cabe prosseguir com os direitos e interesses legítimos dos particulares eventualmente afectados, tornando-se a decisão administrativa injusta quando impuser àqueles particulares um sacrifício de direitos infundado ou desnecessário.

Ora, nos parâmetros a que se aludiu, afigura-se-nos que a medida concreta aplicada, no que tange à duração respectiva – 10 anos – se revela como manifestamente exagerada, verificando-se manifesta desproporção entre o fim público que se visa proteger e o sacrifício imposto ao visado..

Daí que, pela assacada ofensa do princípio da proporcionalidade, sejamos a pugnar pelo provimento do presente recurso.>> (cfr. o teor literal de fls. 50 a 52 dos autos).

Corridos em seguida os vistos legais, cumpre decidir.

II – DOS FACTOS

De antemão, é de dar por assente a seguinte matéria de facto, através

do exame crítico e global de todos os elementos probatórios constantes dos autos e do processo administrativo instrutor:

- A é portador do cartão de identidade de Hong Kong;
- por acórdão de 12 de Março de 2001 do Tribunal Judicial de Base, foi condenado na pena única de dois anos e nove meses de prisão efectiva, com pena acessória de interdição de entrada nos casinos de Macau por dois anos, por comprovada co-autoria com um grupo de pessoas, de um crime consumado de usura, de um crime consumado de roubo, de um crime consumado de sequestro e de um crime tentado de extorsão, cometidos em Macau em Maio e Junho de 2000;
- em 18 de Fevereiro de 2003, foi liberto do Estabelecimento Prisional de Macau depois de cumprida a dita pena de prisão;
- conforme uma informação criminal enviada por telecópia por Autoridades competentes de Hong Kong em 3 de Abril de 2003 ao Senhor Comandante Substituto do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau, A chegou a ser punido em 1981 com a multa de HKD\$150,00 por conduta inadequada em lugar público, e em 1990 com a multa de HKD\$200,00 por prática de jogos fora do casino;
- em 8 de Agosto de 2003, o mesmo Senhor Comandante Substituto determinou a interdição de entrada de A em Macau, pelo período de dez anos, mediante despacho com seguinte teor

literal útil:

<<[...]

O cidadão de Hong Kong, de nome A, titular do HKID nº [...], foi condenado pelas autoridades judiciais da RAEM, na pena de prisão de dois anos e 9 meses, por prática de crimes de roubo, usúria, sequestro e extorsão. Anteriormente já tinha igualmente sido condenado pelas autoridades judiciais da vizinha Região Administrativa de HK, em 1981 e 1990.

Assim, dadas as características desse tipo de crime e conseqüentemente aos riscos que nele se potenciam para a ordem e segurança públicas da Região, tendo em conta a directa satisfação do interesse público de protecção da comunidade residente, e por força das funções específicas da PSP, sempre que haja comprovadas suspeitas que determinado indivíduo se enquadra na tipologia da alínea 2), do nº 2, do artº 4º, da Lei nº 4/2003, de 17 de Março, como é o presente caso, fundamenta e aconselha a que a sua entrada em Macau seja interdita, medida que nestes termos determino, pelo período de 10 (dez) anos.

[...]>>;

- notificado pessoalmente deste despacho só em Março de 2006, A interpôs recurso hierárquico necessário para o Senhor Secretário para a Segurança;
- na sequência disto, o referido Senhor Comandante Substituto do Corpo de Polícia de Segurança Pública emitiu a seguinte informação à consideração do Senhor Secretário para a

Segurança:

<<[...]

DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

1. O recorrente, foi notificado da medida de interdição de entrada na RAEM, por um período de 10 anos, em Março de 2006.
2. Invoca em síntese, que o acto recorrido violou o princípio da proporcionalidade, pois já pagou à sociedade com o cumprimento da sua pena judicial de 2 anos e 9 meses, a culpa pelos crimes que cometeu e, portanto, uma sanção administrativa de 10 anos de proibição de entrada é manifestamente desproporcional,
3. requerendo, que a medida deve ser reduzida para 2 anos.

PEDIDOS RELACIONADOS

4. Por outro lado, além de pedir de suspensão da execução do acto, requer especialmente, que lhe seja autorizada a entrada em Macau por um período de 30 dias para tratar de assuntos relacionados com o poder paternal sobre os seus dois filhos.
5. Aprecie-se desde já os pedidos efectuados no ponto 4.
6. Para os efeitos do nº 2, do artº 157º do CPA, segue em anexo à presente informação, o despacho onde são fundamentadas as considerações por que a não execução imediata do acto causa grave prejuízo ao interesse público;
7. Quanto ao pedido especial de permanência de 30 dias na RAEM, verifica-se o seguinte:
8. Por sentença judicial de 7/9/2005, para regulação do exercício do

poder paternal dos seu filhos (**B e C**), este foi confiado à mãe (vide certidão narrativa do assento de nascimento da CRC).

9. Acontece, segundo afirma o recorrente, que a mãe encontra-se detida preventivamente aguardando o desfecho judicial de um caso de tráfico de estupefacientes em que está envolvida.
10. As crianças foram assim entregues à guarda do IASM.
11. Assim, uma vez que o recorrente tem representante na RAEM, não necessita de estar presente nos actos de processo administrativo ou judicial que iniciar para os efeitos requeridos, pelo que nada obsta a que a PSP autorize a entrada do recorrente quando esta, comprovadamente, seja exigida em âmbito do referido processo.

XXXXXXXXXX

12. A medida de interdição da qual o recorrente foi notificado em Março de 2006, achava-se no Serviço de Migração desde 2003 (data do correspondente despacho), pelo que não havendo notícia da entrada do recorrente na RAEM desde o termo do cumprimento da sua pena de prisão e conseqüente abandono da Região (Fevereiro de 2003), obteve-se durante esse período um dos efeitos que se pretendia com a medida : o seu afastamento de Macau, pelo que este período de três anos é contado no cumprimento do tempo de interdição;
13. Por outro lado, uma medida de interdição (policia) não é uma sanção administrativa, é um acto de polícia de sentido preventivo

que tem por fim impedir que da eventual actividade de certos particulares provenham danos para a sociedade ou para outros particulares. O legislador elege quais os interesses públicos que quer proteger e concede às autoridades de polícia poderes para afastar os perigos que ponham em risco esses mesmos interesses. São, por isso, actos limitativos, não são sanções.

14. Depois, para o cômputo da medida o órgão recorrido atendeu não só aos termos objectivos da lei (pena superior a 1 ano de prisão), mas também à gravidade dos crimes praticados : usura, roubo, sequestro e extorsão, os quais e tendo em vista a defesa dos interesses acima referidos, exigem a aplicação de medidas seguras sendo por isso considerada proporcional aos fins que se querem obter.

15. Assim, considerando que o despacho que aplicou a medida de interdição de entrada na RAEM ao recorrente, não está ferido de qualquer vício que possa levar à sua anulabilidade, deve ao recurso interposto ser negado provimento, mantendo-se, conseqüentemente, a medida em vigor.

[...]>>;

- e sobre esta informação, recaiu, em 19 de Junho de 2006, o seguinte despacho do Senhor Secretário para a Segurança:

<<[...]

Concordo com o teor da informação do Senhor Comandante do CPSP, de 28/04/2006, pelo que, atendendo às natureza e gravidade dos crimes praticados, e o correspondente perigo para a segurança e ordem

públicas, considero adequada e proporcional a medida aplicada, nos termos das disposições invocadas no despacho respectivo, e, conseqüentemente, ao abrigo do art.º 161.º do CPA, nego provimento ao presente recurso.

Relativamente ao “pedido especial de reentrada” também formulado pelo recorrente, não o autorizo, por ora, por se não me afigurar existirem condições para se cumprir o desiderato do recorrente de deslocar os menores para junto de si em Hong Kong, mas ponderarei autorizá-lo se e quando o mesmo demonstrar reunir tais condições e a sua presença em Macau se mostre imprescindível para esse efeito.

[...]>>;

- e é deste acto administrativo do Senhor Secretário para a Segurança que veio recorrer A para este Tribunal de Segunda Instância.

III – DO DIREITO

Ora, atento o teor das conclusões da petição do recurso, reiteradas em ulterior sede de alegações facultativas, são duas as questões materialmente assacadas pelo Recorrente à decisão da Entidade Recorrida:

- 1.^a) Da violação do princípio da proporcionalidade, dado o exagero do período da interdição de entrada;

- e 2.^a) Da inconveniência da medida de interdição de entrada, por esta ir impossibilitar a deslocação do Recorrente a Macau para tomar conta da

situação dos seus dois filhos menores.

Pois bem, e começando pela 2.^a questão, é mister verificar que a mesma não passa de uma falsa questão, porquanto independentemente de demais consideração por desnecessária, a Entidade Recorrida já afirmou na parte final do seu despacho ora sob impugnação, que iria ponderar a autorização do “pedido especial de reentrada” do Recorrente em Macau, se e quando a presença deste em Macau se mostrasse imprescindível para o efeito, pelo que o interesse do Recorrente nesta parte estaria salvaguardado.

E agora no concernente àquela 1.^a questão levantada no presente recurso contencioso, cumpre observar que por força do princípio da jurisdição de mera legalidade, plasmado no art.º 20.º do Código de Processo Administrativo Contencioso, este Tribunal, ora exercendo as funções próprias de um tribunal administrativo, não pode sindicar do mérito do acto administrativo em impugnação no presente recurso contencioso, por este ter sido praticado eminentemente no âmbito do poder discricionário conferido pelo legislador na matéria em questão, a não ser que a Entidade Recorrida tenha incorrido em erro manifesto ou total desrazoabilidade na justiça administrativa aplicada através do mesmo acto decisório (hipótese esta já contemplada na alínea d) do n.º 1 do art.º 21.º do mesmo Código processual).

No fundo, é de indagar agora se o período de interdição de entrada do Recorrente em Macau como tal materialmente determinado no despacho ora recorrido é, ou não, manifestamente desproporcional ao caso concreto

em apreço.

E para este propósito, torna-se mister atender a um pormenor, qual seja, o de que a própria Entidade Recorrida, ao concordar com o teor da informação então apresentada à sua consideração para efeitos da decisão do recurso hierárquico, aceitou também que o período de três anos de anterior ausência do Recorrente de Macau, aludido no ponto 12 da mesma informação, iria ser imputado no período de interdição, o que equivale a dizer que a Entidade Recorrida já anuiu em reduzir a sete anos o período de dez anos de interdição inicialmente fixado pelo seu subalterno.

Será, pois, de considerar como manifestamente desproporcional à situação concreta do ora Recorrente esse período de sete anos de interdição de entrada em Macau?

Crê-se que não, posto que ponderadas sobretudo a natureza e a gravidade dos crimes consumados de roubo e de sequestro então praticados em Macau pelo Recorrente em co-autoria com um grupo de pessoas, ainda que sensivelmente há seis anos à data de emissão do acto administrativo ora recorrido, não se mostra manifestamente desproporcional às necessidades de prevenção criminal sentidas em Macau, o período de sete anos de interdição de entrada, imposto materialmente pela Entidade Recorrida.

Improcede, desta maneira, o assacado vício de violação do princípio da proporcionalidade, com o que há que julgar como não provido o recurso, por nem se vislumbrarem outros vícios de que cumpra conhecer aqui officiosamente.

IV – DECISÃO

Dest'arte, **acordam em negar provimento ao recurso contencioso**, com custas pelo Recorrente, com oito UC de taxa de justiça.

Macau, 26 de Abril de 2007.

Chan Kuong Seng
(Relator)

Vítor Manuel Carvalho Coelho
(Magistrado do Ministério Público
presente na conferência)

João Augusto Gonçalves Gil de Oliveira
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Lai Kin Hong
(Segundo Juiz-Adjunto)